



**PAUTA
PARA A 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 10 DE AGOSTO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 682, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Kenko Taissô".

2 - Projeto de lei nº 683, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Estabelece a equiparação dos portadores de doença renal crônica com os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais para fins de acessibilidade e oportunidades com referência ao percentual legal de vagas reservadas aos deficientes, no Estado.

3 - Projeto de lei nº 684, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga as concessionárias dos sistemas de transporte rodoviário metropolitano e intermunicipal de passageiros do Estado a promoverem campanha permanente de estímulo à doação de sangue, medula óssea e órgãos.

4 - Projeto de lei nº 685, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os hospitais públicos e privados a manterem e compartilharem entre si e com o Sistema Único de Saúde (SUS) banco de dados de informações médicas de seus pacientes.

5 - Projeto de lei nº 686, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a comercialização em Pet Shops e similares de produtos que contenham ftalatos e bisfenol A (BPA).

6 - Projeto de lei nº 687, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a inclusão de tabela de preços dos serviços profissionais, consultas, exames, terapias, procedimentos, medicamentos, insumos e imunobiológicos

nas unidades de saúde privada do Estado.

7 - Projeto de lei nº 688, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres".

8 - Projeto de lei nº 689, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a tradução para a língua portuguesa, na forma que menciona, dos rótulos de embalagens e das bulas dos produtos importados comercializados no Estado.

9 - Projeto de lei nº 690, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a comercialização de pó de gelatina que possua em sua composição corante artificial amarelo crepúsculo.

10 - Projeto de lei nº 691, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Garante o atendimento por policiais do sexo feminino às mulheres vítimas de violência no Estado.

11 - Projeto de lei nº 692, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre o limite máximo de tempo de atraso permitido para a entrega de imóvel adquirido antes do término da obra.

12 - Projeto de lei nº 693, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Política de Capacitação para Atendimento ao Idoso nos órgãos públicos do Estado.

13 - Projeto de lei nº 694, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a venda de seringas descartáveis a menores de dezoito anos no Estado.

14 - Projeto de lei nº 695, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os hospitais públicos a proceder ao registro e à comunicação imediata do nascimento de crianças com Microcefalia às instituições e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado.

15 - Projeto de lei nº 696, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a alimentação de pombos domésticos em vias, praças, prédios e locais de acesso público do Estado

16 - Projeto de lei nº 697, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a cobrança diferenciada por supermercados, hipermercados e similares na venda de bebidas geladas e em temperatura ambiente.

17 - Projeto de lei nº 698, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a inclusão da disciplina "Robótica" na grade curricular das escolas estaduais de ensino fundamental do Estado.

18 - Projeto de lei nº 699, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os aeroportos do Estado a disponibilizar funcionário para auxiliar os idosos na retirada de suas bagagens no momento do desembarque.

19 - Projeto de lei nº 700, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatório o acompanhamento de profissional Engenheiro na construção de carros e caminhões para eventos artísticos culturais e folclóricos, no Estado.

20 - Projeto de lei nº 701, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a venda de remédios para emagrecer aos menores de 18 anos sem apresentação de prescrição médica.

21 - Projeto de lei nº 702, de 2017, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Classifica Rio Claro como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 703, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Declara Jaboticabal como "Capital do Amendoim" no Estado.

23 - Projeto de lei nº 704, de 2017, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Prefeito Luiz Antonio Melges Tinós" ao trevo localizado no km 442 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Lins.

24 - Projeto de lei nº 705, de 2017, de autoria do deputado Vaz de Lima. Dá a denominação de "Hospital de Base - Dr. Oscar de Barros Serra Dória", ao Hospital de Base em São José do Rio Preto.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 677, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Vale da Benção" ao trevo de acesso localizado no km 50 da Rodovia Castello Branco, em Araçariguama.

2 - Projeto de lei nº 678, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Pirapora do Bom Jesus como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 679, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Nilo Neto" ao dispositivo de entroncamento SPD 144/463

localizado no km 144 + 200 m da Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães - SP 463, em Jales.

4 - Projeto de lei nº 680, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "João Francisco de Paula" ao dispositivo de acesso SPD 349/563 localizado no km 348 + 800 m da Rodovia Euphly Jalles - SP 563, em Jales.

5 - Projeto de lei nº 681, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Espaço Mulher, em Jacareí.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 673, de 2017, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de empreendimentos que produzam gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação no Bioma Mata Atlântica.

2 - Projeto de lei nº 674, de 2017, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 675, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a vedação da alienação de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos - ETEEPs, salvo nas hipóteses previstas na legislação federal.

4 - Projeto de lei nº 676, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 660, de 2017, de autoria da deputada Marcia Lia. Dá a denominação de "Antonio Santana" ao viaduto localizado no km 11 da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha - SP 345, em Itirapuã.

2 - Projeto de lei nº 661, de 2017, de autoria do deputado Wellington Moura. Torna obrigatória a instalação de redes de proteção, grades ou similares em janelas, varandas ou sacadas pelas construtoras em condomínios residenciais verticais novos no Estado.

3 - Projeto de lei nº 662, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Declara de utilidade pública a "Associação Comercial Agrícola e Industrial de Itanhaém", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 663, de 2017, de autoria do deputado Vaz de Lima. Declara de utilidade pública a "Associação Bauruense de Desportos Aquáticos", em Bauru.

5 - Projeto de lei nº 664, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Declara a cidade de Itápolis como a "Capital dos Carros Antigos", no Estado.

6 - Projeto de lei nº 665, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Mendonça como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 666, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Obriga as empresas concessionárias de rodovias em atividade no Estado, a realizarem o resgate e a assistência de emergência de animais acidentados nas rodovias e estradas por elas administradas.

8 - Projeto de lei nº 667, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Estrela D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 668, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a "Associação Renascer", em Registro.

10 - Projeto de lei nº 669, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara Boituva como a "Capital Estadual do Passeio de Balão".

11 - Projeto de lei nº 670, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica Cosmópolis como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 671, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica Luiz Antônio como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 672, de 2017, de autoria do deputado Carlos Cezar. Obriga as indústrias de café em cápsulas, os supermercados e hipermercados que comercializam referido produto a estabelecerem o sistema de logística reversa para destinação adequada dos invólucros utilizados.

14 - Moção nº 59, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como ao Ministro do Meio Ambiente, Presidente do Conama e

do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Ministério Público Federal para que promovam as medidas necessárias à suspensão do fracking no Brasil - Gás de Xisto - em respeito à proteção à vida humana e ao meio ambiente.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 645, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a Semana Estadual da Conscientização, Prevenção, Controle e Combate à Leishmaniose, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 646, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação Voluntários Irmã Ana Maria - AVOIAM", em Catanduva.

3 - Projeto de lei nº 647, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Restaurante Popular "Bom Prato" nas dependências do Hospital Padre Albino, em Catanduva.

4 - Projeto de lei nº 648, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Paraíso como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 649, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Novo Horizonte como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 650, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Novais como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 651, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Jaboticabal como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 652, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Jaborandi como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 653, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Irapuã como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 654, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Elisiário como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 655, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Dobrada como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 656, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Catiguá como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 657, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Assis como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 658, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Salto de Pirapora como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 260, de 1970, e da Lei complementar 1.224, de 2013, que dispõem respectivamente sobre a inatividade e o efetivo da Polícia Militar do Estado. Parecer nº 584, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 873, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 4.925, de 1985, que dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais a rurícolas que as ocupem e explorem. Parecer nº 585, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.